PARECER N.º /2022.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROJETO DE LEI N.º 138/2022.

OBJETO: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS DE CIDADANIA E DIREITOS CONSTITUCIONAIS NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: VEREADOR CLÉBER CANOA.

RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES.

1. Relatório:

Trata-se do Projeto de Lei n.º 138, de 2022, de autoria do Vereador Cléber Canoa, que “dispõe sobre a inclusão do ensino de noções básicas de cidadania e direitos constitucionais nos estabelecimentos escolares da rede pública municipal e dá outras providências”.

Distribuído à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que emitiu o Parecer n.º 409/2022, favorável, e à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, que não se pronunciou a respeito da matéria, considerando a perda de prazo do relator e do novo relator.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria deste Vereador, por força do r. despacho da Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

Vencidas as questões de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e financeira, compete a esta Comissão analisar o mérito da matéria.

A competência desta Comissão está prevista no inciso III do artigo 102 do Regimento Interno que assim diz:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

IV – Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social:

a) política e sistema educacional, inclusive creches, e recursos humanos, materiais e financeiros para a educação;

b) criação de escolas e modificação da estrutura do sistema do ensino fundamental;

c) normas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação;

De acordo com o exposto, não resta dúvida de que o assunto proposto está devidamente elencado no bojo de atribuições desta Comissão.

2.1. Da Justificativa do Autor:

O Autor justifica a matéria nos seguintes termos:

A função social da escola é o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando-o a tornar um cidadão, participativo na sociedade em que vivem. Atuando na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento o indivíduo como cidadão. A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo do seu povo. Quem não tem esse direito está à margem ou excluído da vida social e da tomada de decisões. O ensino de Direito Constitucional nas escolas é mostrar a cidadania como ter consciência da realidade de vivência e as ações para se relacionar.

O Projeto prevê inclusão do ensino de noções básicas de cidadania nos estabelecimentos escolares da rede pública municipal, contendo os seguintes tópicos: direitos básicos constitucionais e de cidadania, educação financeira, Lei Maria da Penha, combate ao preconceito e aos crimes de ódio, educação ambiental, saúde preventiva, educação alimentar, saúde bucal e combate ao abuso infantil.

O Município tem competência para legislar sobre o sistema próprio de ensino, de forma suplementar à legislação federal e estadual, , conforme dispõe o inciso II do artigo 30 da Constituição federal.

Porém, essa inclusão trata-se de natureza administrativa, afeta à Secretaria da Educação. Assim, o Projeto, que é de iniciativa de parlamentar, está maculado de inconstitucionalidade, pois, conforme a alínea “d” do inciso II do parágrafo 1º do artigo 61 da Constituição federal a matéria é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

Além disso, fere o Princípio da Separação dos Poderes, bem como poderá forçar que o órgão competente ofereça curso profissionalizante aos seus professores, onerando assim o Município, o que acarretaria aumento de despesa proibida pelo ordenamento jurídico, já que não foi demonstrado a fonte do recurso, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cabe destacar que o Presidente desta Casa **arquivou** o Projeto de Lei n.º 158/2022, de autoria do Vereador Professor Diego, que “institui, no âmbito do Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, o Projeto Direito na Escola, com obrigatoriedade de disponibilização de conteúdos jurídicos nas escolas públicas municipais, na forma que especifica”, considerando o Parecer n.º

472/2022, da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que concluiu pela **inconstitucionalidade**.

Assim, este Relator vota contrário à matéria, entendendo que sendo o Projeto inconstitucional, este deveria ter sido arquivado na Comissão de Justiça, ficando prejudicada a análise do mérito da matéria.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face do exposto, voto **CONTRÁRIO** ao Projeto de Lei n.º 138/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 24 de novembro de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES
Relator